

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PSICOLOGIA

PORQUE SOMOS HOMENS E MULHERES: PENSANDO CONTRAFACULTUALMENTE
PARA REFLETIR SOBRE O SEXISMO

Heloisa Sousa Rodrigues

Heloisa Sousa Rodrigues

ORIENTADORA: Patrícia Waltz Schelini

Patricia Schelini

SETEMBRO 2022

RESUMO

O sexismo é um tipo de preconceito que tem como alvo grupos distinguidos pelo sexo biológico. Ele é caracterizado por componentes cognitivos, afetivos e comportamentais, os quais podem ser alvos de intervenção para sua redução. Esse trabalho propõe um enfoque no componente cognitivo, utilizando-se da teoria dos pensamentos contrafactuais (PCs). Os PCs permitem que os indivíduos reflitam sobre um determinado episódio que ocorreu, possibilitando alterações em termos da representação mental desses episódios que podem desencadear diferentes comportamentos em situações futuras semelhantes. Assim, esse estudo objetiva propiciar reflexões sobre o sexismo fazendo uso da teoria dos pensamentos contrafactuais por meio da narrativa de episódios sexistas vivenciados ou presenciados pelos participantes, da caracterização dos PCs gerados, a partir dessa narrativa, e a verificação de mudanças nesses pensamentos após intervenção em um grupo psicoeducativo. Participaram, como previsto, estudantes universitários, que passaram pelas etapas de 1) caracterização e seleção de participantes, 2) redação de narrativas sexistas, 3) padronização de narrativas, 4) intervenção e 5) avaliação da intervenção. As etapas 3 e 5 geraram medidas de pré e pós-intervenção, respectivamente. Além disso, por meio de análise de conteúdo, foram categorizadas as experiências sexistas narradas e os PCs gerados. Por fim, a intervenção proposta também foi avaliada pelos participantes. Desse modo, o projeto inicial foi plenamente desenvolvido conforme será indicado nesse relatório.

INTRODUÇÃO

Do ponto de vista biológico, encontramos nos corpos humanos diferenças anatômicas, hormonais e genéticas. Dentre elas, uma recebe atenção especial, o órgão sexual, que, no século XVIII, passou a ser utilizado como critério da lógica bissexual para separação dos seres humanos em dois grupos opostos: o masculino e feminino (Nicholson, 2000).

Atualmente, antes mesmo de nascer, conseguimos, através de ultrassons, identificar o órgão sexual do bebê e prontamente dizer se ele será “menino ou menina”. Essa categoria recebe o nome de sexo biológico.

Vale ressaltar que nem sempre é possível identificar o órgão sexual e, pelo fenótipo, categorizar os indivíduos em um desses dois sexos. Além disso, é possível que não haja uma correspondência entre o órgão sexual e os cromossomos sexuais, que deveriam carregar o código genético para um ou outro órgão sexual. Essa dificuldade decorre de alterações genéticas e hormonais, sendo usual recorrer a exames genéticos, por exemplo, caso haja interesse em uma definição ou melhor entendimento da questão do indivíduo. Sendo assim, além dos sexos feminino e masculino, tem-se a condição intersexo ou, em outros termos, diferenças ou desordens do desenvolvimento do sexo (DSD) (Ainsworth, 2015).

Durante muitos séculos, o sexo biológico tem sido utilizado como argumento para justificar desigualdades entre os indivíduos. Esse pensamento fazia parte de uma premissa naturalista, ou essencialista, em que as diferenças entre os indivíduos eram apresentadas como naturais e de responsabilidade da biologia, não podendo ser questionadas. Na Grécia Antiga, Aristóteles defendia que a mulher era inferior ao homem, pois, apesar de serem tão capazes intelectualmente quanto eles, não dispunham de autogoverno, sendo necessário que fossem dominadas e governadas pelos homens, marcando a diferença de papéis que ambos teriam na vida política (Carvalho, 2010).

A visão de Aristóteles sobre a participação da mulher na vida política perdurou por séculos. Apenas em 1932 algumas mulheres conquistaram o direito ao voto no Brasil, pois era preciso que elas fossem casadas, tendo a autorização do marido, ou, se fossem solteiras ou viúvas, que comprovassem renda própria. Em 1946 foi instituído o voto pleno e obrigatório.

Apesar dessas restrições, Alzira Soriano foi eleita a primeira prefeita, em Lages, no Rio Grande do Norte, em 1928, devido a uma brecha na lei estadual. Carlota Pereira de Queiroz, primeira deputada, em 1933, enquanto a primeira senadora, Eunice Michilles, em 1980 (Jornal do Senado, n.d.). Dilma Rousseff foi eleita como a primeira presidente do país apenas em 2010.

Na década de 70, como forma de contestar o determinismo biológico do pensamento essencialista, o movimento feminista cunha o termo gênero. Através desse, o movimento

buscava chamar atenção para o caráter social e cultural das diferenças construídas e atribuídas aos sexos, que são transmitidas desde a infância, dentro da cultura, aos indivíduos que a ela pertencem (Praun, 2011). Dessa forma, sexo e gênero são colocados como opostos: enquanto sexo estaria relacionado à natureza dos corpos, a algo biológico, gênero estaria relacionado às construções culturais de características e papéis sociais atribuídos ao masculino e feminino, e, portanto, ele variaria de acordo com o tempo e espaço (Cardoso, 2010).

Se por um lado a distinção entre sexo e gênero foi útil para o entendimento de que a sexualidade pode ser construída em sociedade, por outro, ela coloca o sexo (aspecto biológico da sexualidade) sendo livre de interferências sociais e culturais, o qual não se pode questionar. Para a filósofa estadunidense Judith Butler, no entanto, o sexo, assim como o gênero, é construído em sociedade, uma vez que a própria identificação da diferença entre os corpos parte de um conhecimento construído para interpretá-la, estando, portanto, também inseridas em um processo histórico e social (Cardoso, 2010). Se cada contexto social e cultural designa seu modelo de homem e de mulher, não haveria então “a” mulher e “o” homem enquanto conceitos puros, naturais, que precedam a existência em sociedade (Paiva, 2008).

Embora grandes e complexas discussões tenham se dado no campo dos estudos de gênero, tendo em vista a superação da perspectiva essencialista, tal perspectiva persiste como forma de determinar espaços e comportamentos socialmente aceitos para cada sexo. Ainda não foi possível alterar a crença popular de que homens e mulheres ocupam pólos opostos da dimensão da espécie humana, sendo vistos como grupos diferentes, com diferentes características, dos quais se esperam comportamentos diferentes (Barbera, 2004).

Estereótipos são definidos por Rodrigues, Assmar e Jablonski (2015a) como crenças pessoais, ou compartilhadas por um grupo, sobre características que se atribuem a pessoas, grupos ou a seus comportamentos. Para os autores, os estereótipos seriam a base cognitiva dos preconceitos, tendo ainda uma base afetiva e uma base comportamental, a discriminação. A função dos estereótipos teria um caráter econômico de energia e tempo para as atividades cognitivas.

Essa função pode ser melhor explicada se, por exemplo, pensarmos na categoria “cadeira”. Apesar de haver diferentes formas e cores de cadeiras, conseguimos atribuir um significado comum para todas as cadeiras: um móvel, com ou sem braços, dotado de um encosto, utilizado para nos sentarmos. Esse significado corresponde à categoria “cadeira”, de forma que cada vez que nos deparamos com tal móvel e assim o nomeamos, sabemos sua função, não havendo necessidade de descobri-lo todas as vezes.

Nogueira e Saavedra (2007) chamam de estereótipos sociais as formas social e culturalmente compartilhadas e difundidas de agrupar indivíduos e atribuir a eles qualidades similares definidoras de sua identidade, sendo possível, assim, prever suas ações. Dessa forma, quando falamos em estereótipos de gênero, falamos sobre qualidades que são culturalmente atribuídas a um ou outro gênero, buscando diferenciá-los. Segundo Fiske e Stevens (1993), como citado em Nogueira e Saavedra (2007, p. 13), essas qualidades podem tanto descrever seus membros como, por conseguinte, prescrever comportamentos adequados, o que as autoras chamaram de papéis de gênero.

No entanto, Nogueira e Saavedra (2007) e Rodrigues e colaboradores (2015a) apontam que os estereótipos podem ser positivos ou negativos e corresponder ou não à realidade. Se, por um lado, esses estereótipos buscam simplificar e organizar a sociedade, por outro contribuem para “justificar a discriminação de grupos e gerar preconceitos” (Nogueira & Saavedra, 2007, pg. 13), principalmente quando os indivíduos passam a serem vistos apenas pela característica atribuída, tendo suas singularidades ignoradas (Rodrigues et al., 2015a).

Além disso, quando comparados internamente, membros de determinado grupo tendem a serem vistos de forma homogênea, sendo todos possuidores de determinada característica, enquanto ao comparar indivíduos de grupos diferentes, a tendência é a de que esses indivíduos sejam vistos como totalmente diferenciados (Barbera, 2004). Assim, se todos os homens mentem, um homem específico também possuirá tal característica, enquanto uma mulher, em polo oposto, tende a ser vista como aquela que não mente e, portanto, sempre fala a verdade.

Já o componente afetivo refere-se aos sentimentos pró ou contra um objeto social, podendo levar ou não a uma ação (Rodrigues et al., 2015b). Assim, ao falarmos de preconceitos, estamos falando de sentimentos hostis e negativos que determinados indivíduos ou grupos suscitam em nós, podendo ou não levar a ações e comportamentos hostis e discriminatórios. Ao longo da história o preconceito foi adquirindo novas facetas. Se a África do Sul do século XX tinha como regime oficial a segregação entre pessoas brancas e pessoas pretas, hoje tal medida encontraria barreiras muito maiores para ser instaurada, não porque não existe mais preconceito racial, mas porque as normas sociais, mais liberais e que pregam mais tolerância em relação às diferenças, mudaram, forçando uma adaptação dos sentimentos, pensamentos e comportamentos de pessoas preconceituosas.

Nessa perspectiva, a Teoria da Aprendizagem Social aparece como uma das explicações, dentre várias, para as causas do preconceito. Segundo ela, os estereótipos e preconceitos seriam parte das normas sociais e culturais, que se definem a partir das crenças de uma comunidade sobre quais seriam os comportamentos corretos e permitidos a seus

membros, ou seja, existiriam comportamentos modelos. Seus membros aprenderiam, então, os comportamentos de preconceito pela imitação desses modelos, processo chamado de modelagem (da Costa, 2003).

Com as alterações das normas sociais, entretanto, não se altera necessariamente as crenças e sentimentos dos indivíduos que compõem a sociedade. Tendo a constituição brasileira condenado atos de discriminação e preconceito, autores apontam para um tipo de preconceito moderno, mais sutil e velado, em que as ações dos indivíduos são tácitas, muitas vezes se manifestando pela atribuição de causalidade, ou seja, ao procurar a causa de uma situação desagradável, tende-se a atribuir a responsabilidade a grupos ou indivíduos pelos quais há crenças e sentimentos negativos (Rodrigues et. al, 2015a).

Quando o preconceito tem como alvo grupos separados pelo sexo biológico, falamos em um tipo específico de preconceito: o sexismo. Assim, o sexismo também seria uma atitude e, dessa forma, também envolveria componentes cognitivos, como os estereótipos de gênero citados anteriormente, componentes afetivos e componentes comportamentais. No entanto, Glick e Fiske (1996, citado por Morales, 2004), destaca uma especificidade: além de atitudes negativas em relação a grupos, o sexismo também pode apresentar atitudes positivas, o que caracterizaria o sexismo ambivalente.

O sexismo ambivalente teria esse nome devido às suas duas faces, uma hostil, correspondente às atitudes negativas em relação ao gênero feminino, e uma benevolente, quando as atitudes fossem positivas, mas ainda marcassem uma distinção de gênero que assegurasse maior apreciação do gênero masculino. A combinação de aspectos positivos e negativos justificaria a dificuldade em alterar a estrutura social desigual entre os gêneros (Morales, 2004).

O sexismo hostil teria como características o paternalismo dominador, sendo vistas como mais frágeis e inferiores aos homens, precisando de sua dominação, a diferenciação competitiva de gênero, que reserva à mulher os cuidados da casa, já que não possuem características necessárias para ocupar outros espaços, e a hostilidade sexual, visão de que devido a sua sensualidade, as mulheres podem se apresentar como perigosas e manipuladoras. Já no sexismo benevolente, o paternalismo seria protetor, resultando em ações de cuidado e proteção da mulher, as características femininas seriam vistas como positivas, mas distintas e complementares às dos homens, e a intimidade sexual, que se dá pelo reconhecimento da necessidade das mulheres para a sua vida afetiva e sexual dos homens.

Dessa maneira, uma mesma característica atribuída a um gênero pode apresentar tanto um caráter negativo, quanto positivo. Por exemplo, se atribuímos às mulheres a característica

“fraca”, essa característica pode ter como consequência a negação de um emprego que exija dela certa força física, o que configura o sexismo hostil, mas ao mesmo tempo tal característica pode fazer com que um homem ofereça ajuda para carregar suas sacolas, o que se traduz no sexismo benevolente. O primeiro exemplo parece trazer mais prejuízos à mulher do que o segundo, no entanto os dois são exemplos de comportamentos sexistas e, exatamente porque a segunda situação é mais difícil de ser identificada como tal, que o sexismo manteria um sistema de desigualdades de gênero.

Por fim, o último componente do preconceito, de base comportamental, é a discriminação, definida por Rodrigues e colaboradores (2015a) como o comportamento que pode gerar tratamento diferenciado a um indivíduo, a partir das crenças estereotipadas e os sentimentos hostis que se possui, levando a expressões verbais de desprezo e atos explícitos de agressividade.

Em sua versão mais recente, o estudo de Estatística de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil (IBGE, 2021) aponta disparidades significativas em diversos âmbitos entre os gêneros masculino e feminino, sendo ainda maiores considerando a intersecção com a raça. Na região sudeste, mulheres pretas ou pardas gastam semanalmente, em média, o dobro de hora com afazeres domésticos e cuidados de pessoas do que homens brancos. Quanto ao trabalho remunerado, as mulheres receberam, em 2019, 77,7% do rendimento dos homens, estando as maiores desigualdades localizadas em cargos de diretorias e gerencias e de profissionais das ciências e intelectuais, nos quais as mulheres receberam, respectivamente, 61,9% e 63,6% do rendimento dos homens.

Aristóteles já marcava uma distinção entre a participação feminina e masculina nas esferas privada e pública, diferença essa que, depois de séculos, se mantém. Se na esfera pública, o Brasil ocupa a 142a posição no ranking com 190 países com um dos percentuais mais baixos (14,8%) de participação das mulheres na Câmara dos Deputados, a esfera privada é marcada pela prevalência de homicídio de mulheres, 30,4% das mulheres morrem em seus domicílios, em contraste com 11,2% dos homens.

Sendo a discriminação a parte mais visível do preconceito, as ações construídas para diminuí-lo acabam concentradas nesse componente, o que pode ser percebido pela criação da Lei 11.340/06, conhecida como lei Maria da Penha, que prevê atendimento às mulheres vítimas de violência; a Lei de Cotas Eleitorais, que define uma porcentagem mínima de 30% de candidatura de mulheres por partido ou coligação partidária; a Lei nº. 13.104, que classifica o feminicídio (quando o motivo do homicídio é o sexo da vítima) como crime penal. Vale lembrar

que a própria Constituição, no artigo 5º, assegura que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. No entanto, outro caminho seria intervir sobre os outros componentes do preconceito, o componente cognitivo, por exemplo.

Em seus estudos, Devine (1989) parte da distinção de dois tipos de processos de pensamentos para estudar preconceitos e estereótipos e como alterá-los. O primeiro, os automáticos, mais incontroláveis e espontâneos, baseados nos aprendizados ao longo de nossas vidas, explicariam os estereótipos. Já o segundo, os controlados, seriam voluntários, pensamentos nos quais escolheríamos nos engajar, e úteis para tomadas de decisão, resolução de problemas e para início de novos comportamentos. Assim, apesar dos estereótipos serem automáticos, difundidos cultural e socialmente e fazerem parte de nós, refletir sobre esses estereótipos de forma consciente, poderia auxiliar em sua alteração e conseqüentemente em nossos sentimentos e comportamento.

Outro tipo de pensamento, também controlável, que pode levar à elaboração de alternativas para a realidade e que poderia colaborar com reflexões sobre a rigidez de nossos comportamentos, pensamentos e, portanto, dos estereótipos e suas conseqüências, é o pensamento contrafactual. Ele possibilita que fatos ocorridos sejam reelaborados, dando margem a uma preparação para uma alteração do aqui e agora.

Inúmeras são as vezes em que experienciamos pensamentos do tipo “E se eu tivesse escolhido B em vez de A, como seria minha vida hoje?”, “E se eu não tivesse feito aquilo, o que teria acontecido?”, “Se eu tivesse dito tal coisa, fulano teria reagido diferente”. Se olharmos bem, esses pensamentos possuem algo em comum, uma simulação mental de alternativas a situações anteriormente vivenciadas e seus possíveis resultados. São esses pensamentos chamados de pensamentos contrafactuais.

O pensamento contrafactual (PC) é um tipo de experimento mental que fazemos (Roese, 1994). Utilizando-se da estrutura “(E) Se..., então...”, relacionamos certos antecedentes a conseqüentes em um determinado episódio vivido, como por exemplo: “Se eu não tivesse ido à padaria aquele dia (antecedente), não teria conhecido minha esposa (conseqüente)”. O experimento consiste em fazer alterações, inserindo novos elementos, como pessoas, ações, retirando alguns ou até mesmo substituindo os que estiveram presentes por outras possibilidades, e imaginar como seriam os novos cenários, diferentes do atual, advindos dessas alterações. No exemplo anterior, não ter ido à padaria (eliminação de um elemento), faria com que a pessoa não tivesse conhecido sua esposa (novo cenário).

Ocorreram na década de 1970 os primeiros estudos sobre o PC, que analisavam sua

relação com as propriedades básicas da memória (Carpenter, 1973; Fillenbaum, 1974 apud Roese, 2009). Posteriormente, Kahneman e Tversky (1982), entendendo os pensamentos contrafactuais como processos de julgamento e tomada de decisão, deram enfoque a episódios mais aplicados aos cotidianos em que eram percebidos os PCs, o que foi considerado um marco para os estudos do constructo (Roese, 2009). O pensamento contrafactual passa, então, a ser estudado e classificado de diferentes formas, na busca de sua compreensão e de suas implicações.

Dessa forma, a primeira teoria formulada, por Kahneman e Miller (1986), é a Teoria da Norma. Para estes autores, engajaríamos em pensamentos contrafactuais quando episódios vividos contrariassem nossas expectativas, resultantes de experiências anteriores, sendo percebidos, então, como anormais. Isso nos faria simular mentalmente outros cenários, em que a normalidade desses episódios fosse restabelecida (Kahneman & Tversky, 1982; Miller et al., 1990 apud Roese, 1994).

Em estudo posterior, Roese (1994) aponta uma nova direção aos estudos dos pensamentos contrafactuais. Tendo em vista que nas últimas décadas os estudos estiveram concentrados nas situações em que os PCs ocorrem e suas consequências afetivas, Roese direciona suas investigações à perspectiva funcional do pensamento contrafactual, entendida como um processo cognitivo benéfico para os indivíduos. De acordo com o autor, as funções do pensamento contrafactual seriam: (a) preparatória, quando engajar em PCs permitisse aperfeiçoamento do comportamento em experiências futuras, e (b) afetiva, tendo os PCs como finalidade que o indivíduo se sentisse melhor (Roese, 1994).

Além disso, o autor propõe categorias de análise dos pensamentos contrafactuais de acordo com a direção da comparação, a estrutura e a quem ele se refere (Faccioli, 2017). A primeira categoria classifica os PCs em ascendentes, em que o cenário hipotético seria melhor que a realidade, ou descendente, quando o cenário imaginado seria pior. Considerar a estrutura permite distinguir os PCs em aditivos, em que se adiciona um elemento ao se pensar contrafactualmente, subtrativos, ao retirar elementos, e substitutivos, trocando um elemento presente por outro. As modificações de cenário podem ter como alvo ações do próprio indivíduo, sendo, portanto, autorreferente, ou de terceiros, sendo heterorreferentes, o que descreve a terceira categoria de análise.

Já a autora Byrne (2005 como citado em Faccioli, 2017) preocupou-se com a similaridade dos pensamentos contrafactuais que parecia existir em diferentes indivíduos, chamando de “linhas de falhas da realidade” a tendência a se pensar contrafactualmente para

alternativas à realidade. Em seus estudos, identificou que os elementos que costumam ser alterados são a ação/inação, o tempo, a obrigação e a causa. Assim, quando obtivéssemos resultados indesejados, os novos cenários obtidos através do pensamento contrafactual tenderiam a alterar as ações ou falta de ações (inações) que foram atribuídos como suas causas, seguindo uma ordem temporal dos fatos ocorridos e levando em conta a aceitação social do comportamento real e do alternativo. Eventos sob o controle do indivíduo teriam uma disposição maior a serem modificados.

Assim, sendo o sexismo um preconceito, dotado de três componentes sobre os quais podemos atuar, um se mostra objeto deste trabalho: o componente cognitivo. Pensar contrafactualmente sobre episódios sexistas, observados ou vivenciados, pode trazer importantes reflexões sobre esse problema social e sobre as ações dos indivíduos nesses episódios, de forma a permitir que suas cognições sejam alteradas, bem como seus comportamentos e sentimentos, preparando-se para lidar com episódios futuros semelhantes.

OBJETIVOS

O objetivo geral do projeto é proporcionar reflexões sobre o sexismo, utilizando-se da teoria dos pensamentos contrafactuals.

Os objetivos específicos são:

- Identificar experiências pessoais vivenciadas ou presenciadas pelos participantes relativas ao sexismo;
- Caracterizar os pensamentos contrafactuals gerados a partir dos relatos de experiências que, vivenciadas ou presenciadas, sejam relativas ao sexismo;
- Verificar se há mudanças nos pensamentos contrafactuals dos participantes após um grupo psicoeducativo;
- Avaliar a intervenção proposta.

METODOLOGIA

Participantes

A pesquisa contou com algumas etapas. A primeira etapa, que consistia na indicação de intenção de participação, através do preenchimento de um formulário, contou com a participação de 17 pessoas, sendo uma delas excluída por não atender ao critério “ser estudante universitário”. Outras três pessoas foram excluídas por optarem por não participar da última etapa da pesquisa, a etapa de intervenção, também critério de inclusão. Assim, estavam aptas a participarem da segunda etapa, e de todas em diante, 13 pessoas. Importante informar que o

mesmo grupo de pessoas participou de todas as etapas e as alterações na quantidade de participantes deve-se apenas a casos de desistência dos mesmos, não sendo inseridas novas pessoas ao longo da pesquisa.

Dessas 13, 9 declararam-se pertencentes ao gênero feminino (69%), 3 ao gênero masculino (23%) e uma declarou-se como não-binária (8%). Suas idades estavam entre 18 e 48 anos, sendo a média de 26 anos. Quando questionadas sobre a instituição de ensino a qual pertenciam, 38,5% disseram pertencer a UFSCar, enquanto 61,5% a outras e distintas universidades. Em relação à renda familiar, 30,8% declararam até 2 salários mínimos, 23,1% de 2 a 4 salários mínimos, 23,1% de 4 a 10 salários mínimos, 15,4% de 10 a 20 salários mínimos e 7,7% renda superior a 20 salários mínimos. Além disso, 61,5% disseram fazer ou terem feito parte de coletivos e movimentos sociais, enquanto 38,5% não.

Foi enviado a essas 13 pessoas o formulário correspondente à segunda etapa, da qual 8 dessas 13 participaram, sendo elas 62,5% do gênero feminino e 37,5% do gênero masculino. Nessa etapa a idade média foi de 27 anos, sendo a menor idade 21 e a maior 48. Estudantes da UFSCar eram 50% dos participantes e em relação à renda familiar as porcentagens foram de 25% dos participantes para até 2 salários mínimos, 25% de 2 a 4 salários mínimos, 12,5% de 4 a 10 salários mínimos, 25% para a faixa de 10 a 20 salários mínimos e 12,5% acima de 20 salários mínimos. Dos participantes, 62,5% declararam fazer ou terem feito parte de coletivos e movimentos sociais, enquanto 37,5% não fizeram ou fazem parte.

Já na terceira etapa, os participantes reduziram-se a 7 pessoas, das quais 57% eram do gênero feminino e 43% do gênero masculino. A idade média foi de 28 anos, permanecendo a menor e maior idade 21 anos e 48 anos, respectivamente. A porcentagem de estudantes pertencentes a UFSCar foi de 43% e de outras instituições 57%. Em relação à renda familiar, o intervalo de até 2 salários mínimos correspondeu a 14,3% dos participantes, de 2 a 4 salários mínimos a 28,6% dos participantes, de 4 a 10 a 14,3%, de 10 a 20 a 28,6% e acima de 20 salários mínimos a 14,3% dos participantes. Sobre a participação em coletivos ou movimentos sociais, 71% deles disseram participar ou terem participado. Os mesmos participantes dessa etapa permaneceram na quarta etapa.

Já na quinta e última etapa, a etapa de pós-intervenção, houve participação de 6 pessoas, das quais 67% eram do gênero feminino e 33% eram do gênero masculino, com idade média de 29 anos, sendo a menor de 21 anos e a maior de 48 anos). Alunos da UFSCar constituíram 50% dos participantes, sendo os outros 50% estudantes de outras universidades. A renda familiar correspondente foi de 2 a 4 salários mínimos para 33,3% dos participantes, de 4 a 10 salários mínimos para 16,7%, de 10 a 20 salários mínimos para 33,3% e acima de 20 salários

mínimos para 16,7% dos participantes. Quanto à participação em coletivos e movimentos sociais, 66,7% disseram terem participado ou participarem, enquanto 33,3% não.

Materiais

A pesquisa foi inteiramente realizada de forma virtual, contando com a utilização de extensões da Google, como Google Formulários, Google Slides e Google Meet, bem como do site Youtube para acesso a vídeos. Para isso, foi necessário o uso de um notebook e conexão com a internet.

Através do Google Formulários foram elaborados cinco formulários para as diferentes etapas da pesquisa. O primeiro (Anexo I) contou com a exposição dos participantes ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a verificação dos critérios de inclusão e exclusão e a coleta de informações pessoais para caracterização dos participantes.

O segundo formulário (Anexo II) foi utilizado para que os participantes narrassem episódios sexistas que tenham vivenciado ou presenciado e, a partir do episódio, possíveis alterações para a narrativa.

O terceiro formulário (Anexo III) foi criado a partir da seleção da pesquisadora de narrativas do segundo formulário, de forma a padronizar situações às quais os participantes seriam expostos e convidados a pensar contrafactualmente.

O quarto formulário (Anexo IV) foi elaborado para a avaliação da etapa de intervenção da pesquisa.

O quinto formulário (Anexo V) foi personalizado para cada participante, pois seu conteúdo contava com as respostas dadas ao terceiro formulário, além de uma pergunta sobre possíveis alterações às respostas dadas anteriormente.

Tanto o Google Slides como o Google Meet foram utilizados na etapa de intervenção. Por meio do primeiro foi elaborada uma apresentação para os participantes, com o objetivo de tornar mais visual a explanação da pesquisadora sobre as temáticas do sexismo e do pensamento contrafactual. Já o segundo meio possibilitou a reunião dos participantes com a pesquisadora e outros participantes para execução da etapa. Essa contou também com a utilização de fones de ouvido e webcam.

Por fim, foram exibidos via Google Meet, durante a etapa de intervenção, os vídeos “Mostre o que as loucas podem fazer”, acessado pelo link <https://www.youtube.com/watch?v=65iG4Pg31WU> e “Você está pronto”, acessado pelo link <https://www.youtube.com/watch?v=65iG4Pg31WU>.

Procedimentos

A pesquisa foi realizada inteiramente online, sendo autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Para sua divulgação e recrutamento de participantes, utilizou-se grupos virtuais, dos quais fazem parte estudantes universitários, das plataformas Facebook e Whatsapp. Ela contou com 5 etapas, sendo elas 1) Caracterização e seleção de participantes, 2) Redação de narrativas sexistas, 3) Padronização de narrativas, 4) Intervenção e 5) avaliação da intervenção.

Aqueles que tiveram interesse em participar da pesquisa, indicaram esse desejo através do preenchimento do primeiro formulário, participando da etapa 1. Nessa etapa, foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão de forma a selecionar os participantes da etapa seguinte.

Na segunda etapa, os participantes selecionados foram convidados a responderem ao segundo formulário, em que deveriam narrar episódios sexistas vivenciados ou presenciados e, em seguida, pensar em alternativas para as situações.

Para aqueles que participaram da segunda etapa, foi enviado o terceiro formulário para participação da terceira etapa. Nessa foi elaborado o terceiro formulário a partir da seleção de narrativas pela pesquisadora, adotando-se os critérios de a) apresentar um episódio sexista; b) episódios com narrativas mais próximas do cotidiano; e c) que auxiliem na análise de pensamentos contrafactuais.

Todos aqueles que participaram das etapas anteriores e indicaram interesse em participar da etapa de intervenção foram convidados a participar da quarta etapa, que consistiu na apresentação, pela pesquisadora, das temáticas da pesquisa: pensamento contrafactual e sexismo. Com a utilização de slides, preparados no Google Slides, vídeos selecionados e situações-problemas, a pesquisadora buscou engajar os participantes na discussão da temática, por meio de Grupos Psicoeducativos. Para tanto, houve a necessidade de combinar horários entre os participantes, de forma que todos pudessem participar.

Para isso, foi necessário a organização de três grupos. O primeiro com três participantes, o segundo e o terceiro com dois participantes cada. Os grupos tiveram duração aproximada de 1h20 a 2h e se deram via Google Meet. O momento foi gravado, conforme previsto no TCLE. Após o encontro, os participantes receberam o quarto formulário, no qual foi possível a avaliação do momento da intervenção, bem como da importância da temática e do preparo da pesquisadora.

Uma semana após os encontros, os participantes receberam o quinto e último formulário. Nesse constavam as situações selecionadas para o formulário três, bem como as respostas que eles deram naquele momento. A partir de sua leitura, foi perguntado se haveria

alguma alteração que os participantes desejassem fazer em suas respostas. Esse formulário tinha como objetivo ser usado como medida de pós-intervenção.

Além de utilizar iniciais para a identificação dos participantes, algumas alterações foram feitas em suas falas e respostas aqui transcritas, com o intuito de preservar suas identidades e de melhorar a leitura de seus conteúdos, devido a pequenos erros de digitação.

RESULTADOS

O primeiro formulário apresentado aos participantes consistia na coleta de dados pessoais para sua caracterização, bem como para a verificação dos critérios de inclusão da pesquisa, ou seja, para seleção daqueles que participariam da pesquisa. A partir do segundo formulário iniciou-se a coleta de dados da pesquisa.

Responderam ao segundo formulário oito participantes, os quais todos relataram situações sexistas. Entretanto, três deles tiveram dificuldades em narrar uma situação específica vivenciada ou presenciada, narrando situações recorrentes em suas vidas e que identificaram como situações sexistas. Outros quatro participantes tiveram mais êxito em seguir as instruções e um participante narrou tanto uma situação geral quanto uma situação específica, descrevendo, portanto, duas situações.

A partir das situações sexistas narradas e dos estudos de Glick e Fiske, citados por Morales (2004), podemos caracterizá-las em dois tipos: sexismo hostil e benevolente. Assim, das oito narrativas, cinco continham sexismo hostil, uma vez identificadas características da diferenciação competitiva de gênero, por exemplo, como nas narrativas de E.L e P.P; e duas continham sexismo benevolente, tendo em vista o paternalismo protetor, presente das narrativas de G.M.N e G.S, e uma narrativa continha tanto situações hostis quanto benevolentes, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1. Narrativas sexistas dos participantes e classificação do tipo de sexismo presente

| Participante | Narrativa | Tipo de Sexismo Presente |
|---------------------|---|---------------------------------|
| C.S.S | Durante o início da graduação fiz parte de uma atividade geralmente vista como masculina pela sociedade. Eu era a única mulher e os caras quase | Sexismo hostil |

| | | |
|-------|--|---------------------|
| | nunca me deixavam falar. Eu era interrompida e eles geralmente dominavam as falas. | |
| E.L | Uma situação sexista que vivi foi relacionada à esfera doméstica. Desde que eu era criança, vi as mulheres ao meu redor sendo responsáveis pelo trabalho doméstico, por exemplo, lavar louça. Assim, naturalizei que a “função” das mulheres, só por serem deste sexo, seria relacionado com cuidado e submissão aos homens que, por sua vez, seriam responsáveis por prover a família e serem dominantes. Vejo esse contexto como sexista e, quando comecei a entrar em contato com o feminismo, houve conflitos e percebi os problemas dessa mentalidade sexista. Então, em várias situações comecei a reagir, tal como quando meu pai me ordenava para lavar a louça. Nesse momento eu dizia que ele deveria limpar a própria bagunça e que eu não era responsável pela bagunça dele. | Sexismo hostil |
| G.M.N | Em determinado ano, em uma disciplina, fiz um teste de palco (simulação de performance) com uma peça de [um grande músico]. Pouco antes de sequer começar a tocar, o professor — vendo o meu nervosismo — comentou, para que eu tivesse um tempo maior para me acalmar, que no ano seguinte estaríamos estudando justamente o compositor que toquei, me convidando a estudar outras peças dele para tocar nas aulas futuras que dão continuidade a essa disciplina. Eis que, após a breve fala dele e ainda antes de me apresentar, um colega fez um infeliz comentário: e daqui um ano vai ter dado pra estudar mais. | Sexismo benevolente |

| | | |
|-------|---|---------------------|
| | <p>Com uma certa frequência, um dos meus virtuosos colegas do piano toca nessa aula e ninguém pressupõe (ou pelo menos não o externa) que a oportunidade que ele apresentar em aula será pior do que as futuras, mesmo quando ele próprio aponta os erros cometidos. Claro, não tiro a razão e a segurança de palco que esse colega tem e muito menos desejo o contrário, mas seria coincidência o comentário do futuro musicista (que me importunou) parecer duvidar da qualidade do meu teste de palco? Eu, que fui a única ingressante mulher, entre quatro homens, do bacharelado em um instrumento de uma universidade, em determinado ano? Eu, uma das poucas alunas mulheres que tentavam estar ali se pondo em teste?</p> | |
| G.S | <p>Uma situação familiar, minhas irmãs principalmente a caçula que tem proximidade de idade a mim sofreu maior repressão que eu na adolescência em relação às festas, vestimenta, modo de portar nas relações pessoais e familiares.</p> | Sexismo benevolente |
| I.J.A | <p>Frequentemente homens me oferecem “ajuda” quando estou dirigindo, pra estacionar ou fazer alguma manobra, normalmente gritando “pode vir” ou coisa do tipo sem serem solicitados. Uma vez meu carro acabou a bateria e eu precisava fazer um chupeta, porém não tinha o cabo, alguns homens pararam quando pedi o cabo, porém antes de acreditar que o carro tinha descarregado, todos faziam mil testes mesmo eu dizendo que conhecia o carro, além de que começaram a perguntar uns pros outros coisas que eu já tinha dito.</p> | Sexismo hostil |

| | | |
|-------|---|----------------|
| M.C.G | <p>Eu advogo há mais de vinte anos, inclusive, no ramo do Direito do Trabalho e em razão disso pude ter a experiência de constatar que nas usinas de açúcar e álcool da região da cidade em que resido, no estado de São Paulo, destacando-se uma empresa de grande porte com diversas unidades pelo interior do estado, as quais possuem milhares de funcionários diretos, tratando-se, portanto, de uma corporação, de alto porte, no setor de comando e direção delas há um percentual exíguo de mulheres, comparando-se com o relativo aos homens.</p> <p>Tive conhecimento de inúmeros casos de empregadas mulheres que trabalhavam nos seus departamentos administrativos por longa data e detinham qualificação profissional, farta experiência, graduações completadas, porém, não ascendiam profissionalmente, não eram promovidas, sem qualquer motivo plausível para ocupações de nível hierarquicamente superior, como as de gerência, ao passo que empregados homens e que eram até menos gabaritados, possuíam uma formação técnica/superior inferior e, não raro, tinham menos tempo de trabalho nelas, faziam carreira, evoluíam profissionalmente, chegando ao ponto de alguns destes, uma vez investidos em cargos e funções melhores por seus superiores pedirem ajuda para aquelas funcionárias que permaneciam estagnadas no seu campo de trabalho, em sede administrativa, contudo, como salientado, contando com mais bagagem profissional, para executarem seus novos postos de trabalho. Nessa situação, várias dessas empregadas não aceitaram fazer isso, chegando algumas, inclusive, a se desligaram dessas empresas e me procuraram, me</p> | Sexismo hostil |
|-------|---|----------------|

| | | |
|-------|--|------------------------------|
| | consultando até se poderiam processar judicialmente tais usinas, perante à Justiça do Trabalho, por assédio moral no trabalho. Aliás, no âmbito pessoal eu conheço várias funcionárias mulheres que também passaram por situações constrangedoras e vexatórias semelhantes a esta nos mais diversos locais, como hospitais, instituições educacionais, estabelecimentos comerciais, etc. | |
| P.P | Pessoas falando que cabelo grande é só pra mulher. | Sexismo hostil |
| S.R.F | Algumas roupas que utilizei “masculinas”, o fato de ter cabelo curto e isso ser associado à sexualidade, discrepância salarial (ter que fazer o dobro de serviço e não ser reconhecida), sensação de obrigação de dizer sim pra tudo, me colocar sempre em posição de quem necessita de cuidado masculino (inconscientemente), busca incessante por um parceiro sendo que não é algo bilateral (os homens priorizam sua carreira, por exemplo), duvidar da minha capacidade cognitiva, insegurança ao sair de casa (violência sexual ou aparência “não tão boa”) | Sexismo hostil e benevolente |

Depois de narrarem as situações, foi pedido aos participantes que pensassem em ao menos uma alteração para elas, que teriam mudado o evento, ou seja, que pensassem contrafactualmente. Todos os participantes foram capazes de emitir PCs para as situações narradas. A média de PCs emitidos foi de 1,5 pensamentos por participante. Houve apenas um participante que, além de emitir PCs, emitiu um pensamento que não se enquadra nessa classificação. A partir dos pensamentos contrafactuais gerados foi possível classificá-los utilizando as categorias de análise propostas por Roese (1994), sendo elas a função do pensamento contrafactual, a direção da comparação, a estrutura e a quem as modificações se referem (Tabela 2).

Tabela 2. Classificações dos pensamentos contrafactuais emitidos para as situações sexistas

| Função | Número de pensamentos |
|--------|-----------------------|
|--------|-----------------------|

| | |
|------------------------------|------------------------------|
| Preparatória | 1 |
| Afetiva | 0 |
| Sem função | 11 |
| Direção da comparação | Número de pensamentos |
| Ascendente | 12 |
| Descendente | 0 |
| Estrutura | Número de pensamentos |
| Aditiva | 5 |
| Substitutiva | 4 |
| Subtrativa | 3 |
| Alvo de modificação | Número de pensamentos |
| Autorreferente | 1 |
| Heterorreferente | 11 |

Já no terceiro formulário, foram selecionadas três situações das narradas anteriormente, sendo elas a dos participantes P.P (situação 1), G.M.N (situação 2) e I.J.A (situação 3). Os participantes relataram ao todo 44 pensamentos, sendo 34 pensamentos contrafactuais e 10 não contrafactuais (média de 4,9 pensamentos por participantes). Na primeira situação, registraram 19 pensamentos, dos quais 12 eram pensamentos contrafactuais e 7 não, 15 na segunda, sendo todos pensamentos contrafactuais, e 10 na terceira, sendo 7 pensamentos contrafactuais e 3 não. Na Tabela 4 os pensamentos foram classificados de acordo com a proposta de Roes (1994).

Os resultados obtidos no quarto formulário (Tabela 3) são referentes à avaliação feita pelos participantes, utilizando a escala likert relativa à intervenção proposta pela pesquisadora. Responderam à avaliação sete participantes, e as questões consistiram em: (1) Relevância do tema da intervenção, (2) Sobre o conhecimento que você tinha do tema antes da intervenção, (3) Sobre o conhecimento que você adquiriu do tema durante a intervenção, (4) Grau de impacto positivo da intervenção em sua vida, (5) Grau de impacto negativo da intervenção em sua vida, (6) Domínio da pesquisadora sobre o tema, (7) Qualidade da conteúdo apresentado e (8) Qualidade dos recursos materiais utilizados. Além disso, foi deixado um espaço para que os participantes fizessem comentários, caso desejassem.

Tabela 3. Avaliação pelos participantes da intervenção proposta

| Questão | Medida utilizada | Média | Desvio-padrão |
|----------------|--|--------------|----------------------|
| 1 | 1 (irrelevante) a 5 (muito relevante) | 5 | 0 |
| 2 | 1 (nenhum conhecimento) a 5 (muito conhecimento) | 3,4 | 1,1 |
| 3 | 1 (nenhum conhecimento) a 5 (muito conhecimento) | 4,6 | 0,5 |

| | | | |
|----------|---|-----|-----|
| 4 | 1 (nenhum impacto) a 5 (muito impactante) | 4,7 | 0,5 |
| 5 | 1 (nenhum impacto) a 5 (muito impactante) | 1 | 0 |
| 6 | 1 (muito ruim) a 5 (muito bom) | 5 | 0 |
| 7 | 1 (muito ruim) a 5 (muito bom) | 5 | 0 |
| 8 | 1 (péssima qualidade) a 5 (ótima qualidade) | 4,9 | 0,4 |

Tabela 4. Classificações dos pensamentos contrafactuais emitidos para três situações sexistas escolhidas

| Situação 1 | | | | | | | |
|---------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|---------------------|------------------------------|--------------------------|------------------------------|
| Função | Número de Pensamentos | Direção da Comparação | Número de Pensamentos | Estrutura | Número de Pensamentos | A quem se referem | Número de Pensamentos |
| Preparatória | 0 | Ascendente | 11 | Aditivo | 8 | Autorreferente | 0 |
| Afetiva | 0 | Descendente | 1 | Subtrativo | 3 | Heterorreferente | 12 |
| Sem função | 12 | | | Substitutivo | 1 | | |
| Situação 2 | | | | | | | |
| Função | Número de Pensamentos | Direção da Comparação | Número de Pensamentos | Estrutura | Número de Pensamentos | A quem se referem | Número de Pensamentos |
| Preparatória | 0 | Ascendente | 15 | Aditivo | 8 | Autorreferente | 0 |
| Afetiva | 0 | Descendente | 0 | Subtrativo | 1 | Heterorreferente | 15 |
| Sem função | 15 | | | Substitutivo | 6 | | |
| Situação 3 | | | | | | | |
| Função | Número de Pensamentos | Direção da Comparação | Número de Pensamentos | Estrutura | Número de Pensamentos | A quem se referem | Número de Pensamentos |
| Preparatória | 0 | Ascendente | 7 | Aditivo | 6 | Autorreferente | 0 |

| | | | | | | | |
|-------------------|---|--------------------|---|---------------------|---|-------------------------|---|
| Afetiva | 0 | Descendente | 0 | Subtrativo | 1 | Heterorreferente | 7 |
| Sem função | 7 | | | Substitutivo | 0 | | |

Quanto ao momento da intervenção, houve engajamento satisfatório dos participantes, dos três grupos, nas discussões propostas pela pesquisadora e em apontamentos feitos pelos próprios participantes. Após a explanação do conteúdo, quando apresentadas novamente as situações colocadas no terceiro formulário, alguns participantes retomaram as respostas dadas anteriormente no formulário, discutindo o que os levaram a dar determinadas respostas e a própria situação colocada, mas também puderam acrescentar novas alternativas e reflexões.

Em relação ao quinto e último formulário, quando apresentados às suas respostas ao terceiro formulário e questionados sobre alterações a elas, quatro dos seis participantes respondentes disseram não querer alterar suas respostas a nenhuma das três situações, por estarem satisfeitos com elas, por não terem alterado sua forma de pensar e por não verem outras alternativas à situação, além das já propostas.. Já os outros dois participantes sinalizaram a alteração de uma situação, a terceira, demonstrando maior entendimento da situação, mencionando, inclusive, a discussão que ocorreu na intervenção.

Tabela 5. Resposta dos participantes E.L e P.P, em relação à situação 3, antes e depois da intervenção

| Participante | Formulário 3 (pré-intervenção) | Formulário 5 (pós-intervenção) |
|---------------------|---|--|
| E.L | Nessa situação, não vejo alterações a fazer. O nervosismo de Maria faz sentido com o contexto, e as atitudes do professor e do colega foram coerentes e respeitosas com a Maria, ao meu ver. | Sim. Penso que é uma atitude discriminatória contra a aluna, visto que está sendo tratada diferente apenas por ser do gênero feminino. |
| P.P | É extremamente comum estar nervosa (o) para um teste e pra mim esse comentário pode ser lido de duas formas: uma que é uma forma empática com sua colega, já que ele percebeu o nervosismo, a outra pode ser o contrário como se ele quisesse dizer que ela precisa estudar mais do que os outros | Em nossa discussão sobre essa situação vimos que ela é de fato bem velada, mas ainda assim um comentário que não havia necessidade de ser feito. |

DISCUSSÃO

O presente trabalho buscou, a partir do uso da teoria dos pensamentos contrafactuais, gerar reflexão sobre a temática do sexismo. Para tanto, foi solicitado aos participantes que narrassem uma situação sexista que tivessem vivenciado e experienciado e, após a narrativa, que pensassem em alternativas para as situações postas, ou seja, foram diretamente instruídos a pensar contrafactualmente.

A partir das narrativas, foram então caracterizadas as situações trazidas em situações que apresentassem sexismo hostil ou sexismo benevolente, tendo em vista a característica ambivalente do sexismo trazida nos estudos de Morales (2004). Vale retomar o sexismo enquanto uma atitude, dotado de componentes cognitivos, afetivos e comportamentais (Rodrigues et al, 2015b), sendo que os dois primeiros componentes se dão internamente ao indivíduo, podendo ser conhecidos com a utilização de instrumentos e relatos dos indivíduos. Ao narrarem, portanto, uma vivência ou experiência, os participantes estão descrevendo um componente comportamental, que pode vir ou não acompanhado do conhecimento dos sentimentos e pensamentos dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, ao analisarmos as situações, estamos partindo de estereótipos socialmente difundidos (Nogueira & Saavedra, 2007; Rodrigues et. al, 2015a; Barbera, 2004).

Assim, ao classificar os relatos de C.S.S, E.L, I.J.A, M.C.G e P.P vemos situações que colocam a mulher como inferiores aos homens, negando a elas a possibilidade de fala (“Eu era a única mulher e os caras quase nunca me deixavam falar”) e de equidade (“empregadas mulheres que trabalhavam nos seus departamentos administrativos por longa data e detinham qualificação profissional, farta experiência, graduações completadas, porém, não ascendiam profissionalmente”), reservando a elas a esfera doméstica das atividades (“tal como quando meu pai me ordenava para lavar a louça), ou desacreditando de seus conhecimentos por determinada atividade ser socialmente masculina (“antes de acreditar que o carro tinha descarregado todos faziam mil testes mesmo eu dizendo que conhecia o carro”). No relato de P.P podemos ver que, mesmo homens são passíveis de sofrer sexismo, uma vez que ter características ditas femininas, por conseguinte teremos também características masculinas, determinando estereótipos sociais (Nogueira & Saavedra, 2007). Assim, P.P ter o cabelo grande (característica feminina), também faz com que ele seja alvo de sexismo.

S.R.F teve dificuldades em seguir a instrução de narrar uma situação específica, listando diversas situações de sexismo hostil, baseadas nos estereótipos sociais (“o fato de ter cabelo curto e isso ser associado à sexualidade, discrepância salarial (ter que fazer o dobro de serviço e não ser reconhecida)”) e em visões inferiores da mulher, que podem dar margem para a prática

de violência (“duvidar da minha capacidade cognitiva, insegurança ao sair de casa (violência sexual)”), e também situações de sexismo benevolente (“me colocar sempre em posição de quem necessita de cuidado masculino (inconscientemente), algumas roupas que utilizei “masculinas”, sensação de obrigação de dizer sim pra tudo”), que tem como característica o paternalismo protetor e a valorização das características femininas, mas vendo-as como distintas das masculinas.

Esse mesmo tipo de sexismo aparece nos relatos de G.S e G.M.N. Ambos, demonstrado no paternalismo protetor, resultando em tratamento diferenciado (“minhas irmãs principalmente a caçula que tem proximidade de idade a mim sofreu maior repressão que eu na adolescência em relação às festas, vestimenta, modo de portar nas relações pessoais e familiares) e na necessidade de sair em defesa da mulher (“após a breve fala dele e ainda antes de me apresentar, um colega fez um infeliz comentário: e daqui um ano vai ter dado pra estudar mais”), comportamento muitas vezes visto como ajuda.

Sobre o sexismo benevolente é importante citar a dificuldade de reconhecê-lo, em oposição ao sexismo hostil, exatamente por se apresentar de forma positiva (Morales, 2004), no reconhecimento de características femininas, na prestação de ajuda, no comportamento de querer proteger, etc. Como já dito, essa dificuldade seria responsável por manter um sistema de desigualdades de gênero, e pode ser a razão dos participantes terem apresentado mais relatos de sexismo hostil em relação aos relatos de sexismo benevolente.

Foi utilizada uma situação de sexismo benevolente (situação 3) para compor o terceiro formulário apresentado aos participantes. Na tabela 4 podemos observar que essa situação teve menos pensamentos contrafactuais gerados em relação às situações 1 e 2. Ao responder ao formulário, o participante G.S respondeu “não sei dizer o que Maria poderia fazer para evitar essa situação” e a participante E.L que “as atitudes do professor e do colega foram coerentes e respeitadas com a Maria, ao meu ver”, o que demonstra a dificuldade citada anteriormente. Durante a intervenção, no entanto, E.L disse “quando eu respondi, eu não percebi nenhum problema nessa situação, inclusive falei que a atitude do professor e do colega tinham sido ok, só que depois de ver os slides que você trouxe sobre discriminação, eu penso que pode ter rolado uma situação de discriminação com a Maria (...)” e G.S que “acho que depois da explicação, teve uma reflexão um pouco maior, assim, da situação (...) acho que essa questão do acolhimento, (...) entre aspas, se dá uma questão bem interessante, que pra mim, pelo menos, não ficou nitidamente visível, né, só vendo a situação... então é algo interessante”. O participante P.P também pontuou que “a primeira e a segunda [situação] estavam bem claras para mim, a terceira eu fiquei meio “pera, vamo parar pra pensar” e eu fiquei realmente um

tempinho refletindo sobre a situação até eu chegar numa conclusão lá do que poderia estar acontecendo ali. Agora eu nem lembro qual que foi minha resposta, mas agora você explicando que ficou realmente claro”. Tanto a participante E.L quanto o participante P.P mudaram suas respostas no quinto formulário (Tabela 5). O participante G.S não respondeu ao quinto formulário.

Esses comentários de E.L, G.S e P.P podem ser utilizados também para avaliar a importância da intervenção para a explicação dos conceitos do trabalho em questão e um maior entendimento da problemática do sexismo. Ao responderem ao quarto formulário, no qual utilizaram uma escala likert com pontuação de 1 a 5 (ver tabela 3), os participantes avaliaram a relevância do tema da intervenção, o domínio da pesquisadora sobre o tema e a qualidade da conteúdo apresentado com média 5, antes da intervenção a média declarada de conhecimento sobre o tema era de 3,4 indo para 4,6 os conhecimentos adquiridos durante a intervenção. Além disso, a média de impacto positivo foi de 4,7 e de impacto negativo de 1. A qualidade dos recursos materiais utilizados ficou com média de 4,9. No formulário, um participante pontuou que achou o tempo da intervenção longo. Como o formulário foi anônimo, não é possível saber a qual grupo o participante pertence, tendo os três grupos tempos diferentes de duração, devido a discussão e pontuação dos participantes.

Durante a intervenção também houve falas como a de C.S.S “queria parabenizar só, e falar que eu amei, que eu achei sensacional mesmo, sensacional. É bom ter esse momento, (...) você ter pensado de ter esse momento, né, na pesquisa, assim, de discussão e tal. E acho que eu consegui pensar muito mais, assim, tanto no pensamento contrafactual mesmo, assim, e nas... no que você... no propósito da pesquisa (...) nossa, eu achei sensacional”, de G.S “gostei bastante, foi bem especial esse momento, acho que foi bem interessante, tá conversando, né, conhecendo também um pouco mais esses conceitos e discutindo, acho que foi um momento bem especial”, de P.P “Obrigado por tantas informações novas” e de G.M.N “Obrigada por todas as informações, pelo espaço...”. Tanto as médias atribuídas quanto as falas demonstram a importância de espaços de discussão e que propiciem reflexão e aprendizado, como os grupos psicoeducativos (Brown, 2003).

Quanto aos pensamentos contrafactuais (PCs) gerados ao longo da pesquisa e sua caracterização, alguns resultados chamam atenção: foram gerados poucos PCs com função preparatória e tendo a própria pessoa como alvo de modificação, ou seja, autorreferentes (Tabela 2 e Tabela 4). Essas duas características tendem a se acompanhar, uma vez que a função preparatória do PC está relacionada a uma maior chance de modificação dos próprios comportamentos (autorreferente) em situações futuras semelhantes. Se, por um lado, essa seria

uma função desejada para que os participantes lidem melhor com episódios sexistas semelhantes futuramente, por outro lado parece razoável que, ao narrarem situações sexistas, os participantes apontem modificações no comportamento daqueles que cometem sexismo (heterorreferente) e não dos que sofreram (autorreferente). O contrário ocorre com pessoas com depressão, em que, após uma intervenção terapêutica, espera-se mais pensamentos autorreferentes, que busquem maior posicionamento, ação e responsabilização frente a situações com o objetivo de modificar seu estado depressivo (Faccioli, 2017). A peculiaridade do tema enquanto uma questão social relevante e da qual se deseja melhores cenários sociais pode estar relacionada a prevalência de geração de PCs ascendentes em detrimento dos pensamentos descendentes (Tabela 2 e 3), resultado alinhado com pesquisas que demonstram que poucas pessoas tendem a pensar em cenários piores para as situações.

Os participantes demonstram maior capacidade de pensar em alternativas para situações sexistas com as quais não estavam relacionados do que com as próprias situações narradas, o que pode ser percebido pela média de 1,5 pensamentos gerados por participante no segundo formulário em relação a média de 4,9 pensamentos por participantes em resposta ao terceiro formulário, em que foram apresentadas situações em que os participantes deveriam apenas emitir PCs. Uma hipótese para isso é a delicadeza que envolve situações sexistas e a dificuldade de reação a elas quando somos nós as pessoas envolvidas ou quando estamos presenciando-as.

CONCLUSÕES

Tendo em vista os resultados obtidos, pode-se constatar que o objetivo geral e os objetivos específicos foram alcançados. A discussão e a reflexão geradas acerca do sexismo pelos participantes durante todas as etapas da pesquisa, podem se apoiar na teoria do pensamento contrafactual como mediadora de análise, apesar da ausência de produção acadêmica relacionando as duas temáticas. Isso aponta para a possibilidade de pesquisas futuras, tendo em vista a importância da teoria do pensamento contrafactual para auxiliar na compreensão das questões sociais do sexismo.

A presença de um momento com os participantes, que se deu pela etapa de intervenção, se mostrou necessária para a ampliação do conhecimento na temática e para a troca entre os participantes e a pesquisadora dos conhecimentos já existentes, proporcionando também um momento de escuta dos participantes e uma maior disseminação da pesquisa e dos conhecimentos adquiridos ao longo dela.

Importante destacar que toda a pesquisa se deu de forma online, tendo em vista seu desenvolvimento durante a pandemia do coronavírus e as restrições impostas. Se por um lado

isso fez com que fossem alcançados participantes de diferentes localidades, por outro dificultou uma maior vinculação e contato entre a pesquisadora e os participantes e tornou mais limitado o processo de coleta de dados, tendo sido utilizados uma série de formulários, o que pode ter deixado a participação mais cansativa e dificultado na explicação do que era exigido em cada etapa. Esses motivos podem ter levado a diminuição de participantes ao longo das etapas e a adesão de mais participantes à pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Ainsworth, C. (2015). Sex redefined. *Nature News*, 518(7539), 288-291.
- Barbera, E. (2004). Perspectiva socio-cognitiva: Estereótipos y esquemas de género. In E. Barberá e I. Martínez (Coord.), *Psicología y género* (pp. 55–80). Prentice hall.
- Bardin, L. (2009). Análise de Conteúdo (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).
- Brown, N. W. (2003). *Psychoeducational Groups: Process and Practice* (2nd edition). Routledge.
- Byrne, R. M. (2005). *The rational imagination*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Carvalho, M. (2010). A crítica de Judith Butler às normas que governam gênero e sexualidade. *Ethica*, 17(2), 81–92.
- da Costa, A. E. B (2008). Modelação. In Azzi, R. G., Bandura, A., & Polydoro, S. A. (2008). *Teoria social cognitiva* (pp.123-148). São Paulo: Artmed.
- Devine, P. G. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of personality and social psychology*, 56(1), 5-18.
- Faccioli, J. S. (2017). *Efeitos do pensar sobre o passado: Pensamentos contrafactuais de estudantes universitários com e sem indicativos de depressão*. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
- Jornal do Senado - Especial Cidadania. (n.d.). Direito ao voto reconheceu a cidadania. Jornal do Senado - Especial Cidadania. Recuperado em 7 de Junho, 2021, de <https://www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania/MulheresPolitica/not03.htm>
- Morales, M. C. M. (2004). Actitudes sexistas y nuevas formas de sexismo. In E. Barberá e I. Martínez (Coord.), *Psicología y género* (pp. 271–294). Prentice hall.
- Nicholson, L., Soares, L. F. G., & de Lima Costa, C. (2000). Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, 8(2), 9–41.
- Nogueira, C., & Saavedra, L. (2007). Estereótipos de gênero: Conhecer para os transformar. *Cadernos SACAUSEF*, 1(3), 10-30.
- Paiva, V. (2008). A psicologia redescobrirá a sexualidade? *Psicologia em Estudo*, 13(4), 641–651.
- Praun, A. G. (2011). Sexualidade, gênero e suas relações de poder. *Revista Húmus*, 1(1), 55-65.
- Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (2015b). Atitudes: conceito e formação. In Rodrigues, A.; Assmar, E. M. L.; Jablonski, B., *Psicologia social* (pp. 159-197). Petrópolis: Vozes.

Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (2015a). Preconceitos, estereótipos e discriminação. In Rodrigues, A.; Assmar, E. M. L.; Jablonski, B., *Psicologia social* (pp. 198-240). Petrópolis: Vozes.

Roese, N. J. (1994). The functional basis of counterfactual thinking. *Journal of personality and Social Psychology*, 66(5), 805-818.

Roese, N. J., & Morrison, M. (2009). The psychology of counterfactual thinking. *Historical Social Research/Historische Sozialforschung*, 16–26.

ANEXO I - Formulário 1: Porque somos homens e mulheres: pensando
contrafactualmente para refletir sobre o sexismo

Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com a RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “Porque somos homens e mulheres: pensando contrafactualmente para refletir sobre o sexismo”, cujas etapas acontecerão em ambiente virtual, de forma não presencial. A pesquisa é realizada pela aluna do curso de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Heloisa Sousa Rodrigues, sob a orientação da Prof^ª Dra Patrícia Waltz Schelini, docente do Departamento de Psicologia. Sua participação é livre e voluntária. a sua recusa não trará nenhum prejuízo na sua relação com a pesquisadora ou com a instituição de ensino da qual a pesquisadora faz parte.

Para que possa participar, é necessário que o(a) senhor(a) tenha idade igual ou superior a 18 anos, seja universitário(a) e possua equipamentos com acesso à internet, como celular, computador ou notebook. De acordo com a resolução 510/2016, o(a) senhor(a) tem direito a ressarcimento de quaisquer gastos ou danos decorrentes da participação na pesquisa.

O objetivo geral do projeto é proporcionar reflexões sobre o sexismo, utilizando-se da teoria dos pensamentos contrafactuals. Em uma PRIMEIRA ETAPA, será coletado, via questionário, dados pessoais, como nome, gênero, idade, entre outras informações, bem como seu interesse em participar de uma ETAPA FINAL de intervenção. Essa será via Google Meet, em grupo, em dois encontros, com duração de 1 a 1 hora e meia cada.

Na SEGUNDA ETAPA, a pesquisadora irá selecionar de forma aleatória, mas resguardando proporções de gênero, aqueles que participarão da coleta de dados da pesquisa. Todos os participantes serão informados sobre sua participação ou não participação.

A coleta de dados, correspondente a uma TERCEIRA E QUARTA ETAPA, será composta por outros três questionários, em que serão solicitadas narrativas referentes ao sexismo, bem como pensamentos contrafactuals.

Por fim, na ÚLTIMA ETAPA você será convidado a participar de uma intervenção, a qual será gravada, e, posteriormente, convidado(a) a avaliá-la. A gravação será de uso apenas da pesquisadora e não será divulgada. o horário de intervenção será combinado, via email, entre aqueles que manifestarem interesse em participar dessa etapa. O tempo utilizado para responder aos formulários de coleta dos dados ficará a critério do participante.

Você pode verificar a política de segurança e privacidade das plataformas do Google

através do link <https://policies.google.com/privacy?hl=pt-br>, e do Google Meet, em específico, em <https://support.google.com/meet/answer/9852160?hl=pt-br>.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, ou seja, em nenhum momento será divulgado seu nome em qualquer fase do estudo. No entanto, devido às políticas de privacidade das plataformas utilizadas (mencionadas acima), há limitações para a total confidencialidade dos dados e riscos de violação dos mesmos. Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras. Os dados coletados e a gravação realizada terão o prazo de armazenamento máximo de 5 anos, seguindo as recomendações do comitê de ética em pesquisa em seres humanos.

O preenchimento destes questionários não oferece risco imediato ao(a) senhor(a), mas algumas perguntas podem remeter à algum desconforto, evocar sentimentos ou lembranças desagradáveis. Além disso, o tempo de resposta e a exposição à tela podem causar cansaço e/ou desconforto, assim como a postura mantida durante o preenchimento dos formulários. Pode ocorrer uma maior dificuldade, em relação às pesquisas presenciais, de criação de vínculo com a pesquisadora, uma vez que essa não estará presente em algumas etapas. Caso algumas dessas possibilidades ocorram, o senhor (a) poderá optar pela interrupção de suas respostas. Além disso, a pesquisadora estará disponível nos meios de contato disponibilizados abaixo, de acordo com a necessidade dos participantes, para qualquer dúvida ou diálogo, visando acolher os desconfortos suscitados.

O(A) senhor(a) poderá desistir de participar da pesquisa em qualquer momento ou etapa. Para tanto, basta que entre em contato com a pesquisadora principal anunciando sua decisão por um dos meios disponibilizados ao fim desse termo (email, telefone, endereço).

O(A) senhor(a) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, este trabalho poderá contribuir de forma indireta na ampliação do conhecimento sobre o sexismo e o pensamento contrafactual. Além disso, por ser uma pesquisa virtual, o(a) senhor(a) não precisará se deslocar até a pesquisadora, podendo escolher um ambiente confortável para sua participação.

O(A) senhor(a) receberá uma via deste termo via email, em que consta o telefone e o endereço do pesquisador principal e responsável com quem você poderá tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação agora ou a qualquer momento. Sugerimos que guarde uma cópia.

Ao final da pesquisa, a pesquisadora irá enviar por email os resultados obtidos, de

maneira clara e acessível, a todos os participantes.

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPq) da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisadora Principal: Heloisa Sousa

Rodrigues

Endereço: Rua Estados Unidos, 958

CEP: 13566-050 | São Carlos, SP

Email:

heloisa.rodrigues@estudante.ufscar.br

Telefone: (32) 99817-3934

Pesquisador Responsável: Patrícia Waltz
Schelini

Endereço: Rua Bruno Ruggiero Filho, 101

CEP: 13088-221 | Campinas/SP

E-mail: pws@ufscar.br

Telefone: (16) 98190 5220

Assim, declaro que:

Li o termo de consentimento acima, concordo com seu conteúdo e tenho interesse em participar da pesquisa.

Não tenho interesse em participar da pesquisa.

Critérios de Inclusão e Exclusão

Conforme dito anteriormente, no TCLE, para que o(a) senhor(a) possa participar da pesquisa é necessário atender aos critérios de ser estudante universitário e possuir equipamentos com acesso à internet. As perguntas abaixo possuem a função de confirmar tais situações.

Você é estudante universitário(a)?

Sim Não

Você possui acesso a equipamentos (celular, computador, notebook) com acesso à internet?

Sim Não

Dados pessoais

A seguir você irá preencher um formulário com alguns dados pessoais. Os dados fornecidos serão de uso da pesquisadora para conhecer os participantes da pesquisa, bem como para entrar em contato. A partir deles, será selecionado aleatoriamente os participantes da pesquisa, mantendo proporções de gênero.

Vale lembrar que, caso não deseje responder alguma(s) pergunta(s), o(a) senhor(a) tem o direito de não responder. A qualquer momento é possível cancelar sua participação na pesquisa, bastando, para isso, que entre em contato com a pesquisadora por algum dos meios abaixo. Também é possível entrar em contato caso haja alguma dúvida referente às questões abaixo.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, ou seja, em nenhum momento será divulgado seu nome em qualquer fase do estudo. No entanto, devido às políticas de privacidade dessa plataforma, há limitações para a total confidencialidade dos dados e risco de violação dos mesmos. Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras.

Você pode acessar a política de privacidade através do link <https://policies.google.com/privacy?hl=pt-BR>.

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisadora Principal: Heloisa Sousa
Rodrigues

Endereço: Rua Estados Unidos, 958
CEP: 13566-050 | São Carlos, SP

Email:
heloisa.rodrigues@estudante.ufscar.br
Telefone: (32) 99817-3934
Pesquisador Responsável: Patrícia Waltz
Schelini

Endereço: Rua Bruno Ruggiero Filho, 101
CEP: 13088-221 | Campinas/SP
E-mail: pws@ufscar.br
Telefone: (16) 98190 5220

Nome: _____

Gênero:

- feminino
 masculino
 não-binário
 outro: _____

Idade: _____

Instituição de ensino a que pertence: _____

Email: _____

Telefone para contato: _____

Qual a sua renda familiar?

- Até 2 salários mínimos
 De 2 a 4 salários mínimos
 De 4 a 10 salários mínimos
 De 10 a 20 salários mínimos
 Acima de 20 salários mínimos

Você já fez ou faz parte de algum coletivo ou movimento social?

Sim Não

Você teria interesse em participar da ETAPA DE INTERVENÇÃO?

Essa etapa se trata de um grupo psicoeducativo, mediado pela pesquisadora, em que será discutidas as temáticas da pesquisa. O grupo terá dois encontros, a ser combinado com a pesquisadora e os demais participantes, com duração de 1h a 1h30 e ocorrerá pela plataforma Google Meet.

Sim Não

ANEXO II - Formulário 2: Redação de Narrativas

Essa é a segunda etapa da pesquisa "Porque somos homens e mulheres: pensando contrafactualmente para refletir sobre o sexismo". Nele você será convidado a recordar alguns momentos que tenha vivenciado ou presenciado e a refletir sobre eles.

Vale lembrar que, caso não deseje responder alguma(s) pergunta(s), o(a) senhor(a) tem o direito de não responder. A qualquer momento é possível cancelar sua participação na pesquisa, bastando, para isso, que entre em contato com a pesquisadora por algum dos meios abaixo. Também é possível entrar em contato caso haja alguma dúvida referente às questões abaixo.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, ou seja, em nenhum momento será divulgado seu nome em qualquer fase do estudo. No entanto, devido às políticas de privacidade dessa plataforma, há limitações para a total confidencialidade dos dados e riscos de violação dos mesmos. Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras.

Você pode acessar a política de privacidade através do link <https://policies.google.com/privacy?hl=pt-BR>.

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisadora Principal: Heloisa Sousa

Rodrigues

Endereço: Rua Estados Unidos, 958

CEP: 13566-050 | São Carlos, SP

Email:

heloisarodrigues@estudante.ufscar.br

Telefone: (32) 99817-3934

Pesquisador Responsável: Patrícia Waltz
Schelini

Endereço: Rua Bruno Ruggiero Filho, 101

CEP: 13088-221 | Campinas/SP

E-mail: pws@ufscar.br

Telefone: (16) 98190 5220

Sexismo

O Sexismo pode ser definido como um tipo de preconceito, em que o motivo é o sexo da pessoa envolvida. Assim, o sexo da pessoa é a razão para pensamentos hostis ou estereotipados (por exemplo, "tinha que ser mulher/homem", "mulher não sabe dirigir", "homem só mente"), sentimentos negativos (como raiva, repulsa, ódio) ou discriminações,

quando a pessoa passa a ser tratada de forma diferente em virtude de seu sexo (por exemplo, diferentes salários para homens e mulheres que possuem as mesmas atividades, diferentes brinquedos ou profissões para meninos e meninas, ou ainda caber apenas às mulheres as atividades domésticas).

Tendo em vista a definição acima, pense em alguma situação sexista que você viveu ou presenciou. Narre a situação abaixo:

Tendo em vista a situação narrada, pense em alterações (no mínimo uma) para a narrativa, que teriam modificado o evento. Escreva-as no espaço abaixo:

Caso, ao responder as perguntas, você tenha sentido algum desconforto, angústia ou outro sentimento que o(a) esteja incomodando(a), você pode entrar em contato com a pesquisadora.

Pesquisadora: Heloisa Sousa Rodrigues

Telefone: (32)998173934

Email: heloisarodrigues@estudante.ufscar.br

ANEXO III - Formulário 3: Pensando Contrafactualmente

Essa é a terceira etapa da pesquisa "Porque somos homens e mulheres: pensando contrafactualmente para refletir sobre o sexismo". Nela você será convidado a pensar contrafactualmente sobre algumas situações colocadas.

Vale lembrar que, caso não deseje responder alguma(s) pergunta(s), você tem o direito de não responder. A qualquer momento é possível cancelar sua participação na pesquisa, bastando, para isso, que entre em contato com a pesquisadora por algum dos meios abaixo. Também é possível entrar em contato caso haja alguma dúvida referente às questões abaixo.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, ou seja, em nenhum momento será divulgado seu nome em qualquer fase do estudo. No entanto, devido às políticas de privacidade dessa plataforma, há limitações para a total confidencialidade dos dados e riscos de violação dos mesmos. Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras.

Você pode acessar a política de privacidade através do link <https://policies.google.com/privacy?hl=pt-BR>.

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisadora Principal: Heloisa Sousa
Rodrigues
Endereço: Rua Estados Unidos, 958
CEP: 13566-050 | São Carlos, SP
Email:
heloisa.rodrigues@estudante.ufscar.br
Telefone: (32) 99817-3934

Pesquisador Responsável: Patrícia Waltz
Schelini
Endereço: Rua Bruno Ruggiero Filho, 101
CEP: 13088-221 | Campinas/SP
E-mail: pws@ufscar.br
Telefone: (16) 98190 5220

Nome: _____

O pensamento Contrafactual

O pensamento contrafactual é um tipo de pensamento que envolve a reflexão sobre situações que já ocorreram, com o objetivo de modificar essas situações, criando alternativas para elas.

Por exemplo: Carlos perdeu o ônibus para a faculdade, pois chegou atrasado no ponto. Pensando sobre o que o levou a se atrasar, percebeu que o tempo que destinou a se arrumar não foi suficiente, então deveria colocar um despertador em horário mais cedo no dia seguinte.

A opção de Carlos por acordar mais cedo é uma das possíveis soluções, ele poderia optar por demorar menos no banho, escolher, no dia anterior, a roupa que usaria naquele dia, poderia ter entendido que seu atraso se deu devido a demora do elevador e optado por ir de escada no dia seguinte, entre outras.

Ou seja, ao pensar contrafactualmente, podemos imaginar inúmeros e diferentes cenários para uma situação, alterando nosso comportamento, de outras pessoas, incluindo, retirando ou substituindo elementos, que levem a um desfecho desejado ou mesmo diferente do que ocorreu.

Abaixo, estão algumas situações sobre as quais você deverá pensar contrafactualmente. Tente identificar a problemática das situações e, em seguida, sugerir quantas alterações você conseguir pensar nos cenários colocados.

Situação 1: João possui cabelos longos e recorrentemente escuta que cabelo grande é só para mulher.

Situação 2: Betina estava dirigindo seu carro quando o carro morre. Ela identifica que o problema é na bateria, mas não possui os cabos necessários para fazer uma chupeta, o que a leva a pedir ajuda. Alguns homens param para ajudá-la, mas em vez de emprestar a ela o cabo, fazem diversos testes no carro e conversam entre si sobre qual seria o possível problema, mesmo Betina alegando conhecer o carro e já tendo explicado que o problema é a bateria.

Situação 3: Maria é a única mulher ingressante em uma turma de música clássica. Certo dia, estava nervosa, pois iria fazer um teste de palco em uma disciplina. O professor percebe e, para dar tempo para que ela se acalme, comenta com a turma que estudarão o compositor da música escolhida no futuro e que Maria poderá, inclusive, estudar outras músicas do compositor. Frente a fala do professor e sem ainda ter ouvido Maria tocar, um colega comenta que assim ela terá mais tempo para estudar.

ANEXO IV - Formulário 4: Avaliação da Intervenção

No formulário abaixo você irá avaliar a intervenção da qual participou.

Vale lembrar que, caso não deseje responder alguma(s) pergunta(s), o(a) senhor(a) tem o direito de não responder. A qualquer momento é possível cancelar sua participação na pesquisa, bastando, para isso, que entre em contato com a pesquisadora por algum dos meios abaixo. Também é possível entrar em contato caso haja alguma dúvida referente às questões abaixo.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, ou seja, em nenhum momento será divulgado seu nome em qualquer fase do estudo. No entanto, devido às políticas de privacidade dessa plataforma, há limitações para a total confidencialidade dos dados e riscos de violação dos mesmos. Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras.

Você pode acessar a política de privacidade através do link <https://policies.google.com/privacy?hl=pt-BR>.

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisadora Principal: Heloisa Sousa Rodrigues

Endereço: Rua Estados Unidos, 958

CEP: 13566-050 | São Carlos, SP

Email:

heloisa.rodrigues@estudante.ufscar.br

Telefone: (32) 99817-3934

Pesquisador Responsável: Patrícia Waltz Schelini

Endereço: Rua Bruno Ruggiero Filho, 101

CEP: 13088-221 | Campinas/SP

E-mail: pws@ufscar.br

Telefone: (16) 98190 5220

1. Relevância do tema da intervenção:

Irrelevante (1) (2) (3) (4) (5) Muito relevante

2. Sobre o conhecimento que você tinha do tema antes da intervenção:

Nenhum conhecimento (1) (2) (3) (4) (5) Muito conhecimento

3. Sobre o conhecimento que você adquiriu do tema durante a intervenção:

Nenhum conhecimento (1) (2) (3) (4) (5) Muito conhecimento

4. Grau de impacto positivo da intervenção em sua vida:

Nenhum impacto (1) (2) (3) (4) (5) Muito impactante

5. Grau de impacto negativo da intervenção em sua vida:

Nenhum impacto (1) (2) (3) (4) (5) Muito impactante

6. Domínio da pesquisadora sobre o tema:

Muito ruim (1) (2) (3) (4) (5) Muito bom

7. Qualidade da conteúdo apresentado:

Muito ruim (1) (2) (3) (4) (5) Muito bom

8. Qualidade dos recursos materiais utilizados:

Péssima qualidade (1) (2) (3) (4) (5) Ótima qualidade

Caso haja algum outro comentário que você gostaria de fazer, utilize o espaço abaixo:

Anexo IV - Exemplo do formulário 5: Pensando Contrafactualmente

Essa é a última etapa da pesquisa "Porque somos homens e mulheres: pensando contrafactualmente para refletir sobre o sexismo". Nela você será convidado a revisar suas respostas ao formulário anterior, indicando se faria ou não alterações.

Vale lembrar que, caso não deseje responder alguma(s) pergunta(s), você tem o direito de não responder. A qualquer momento é possível cancelar sua participação na pesquisa, bastando, para isso, que entre em contato com a pesquisadora por algum dos meios abaixo. Também é possível entrar em contato caso haja alguma dúvida referente às questões abaixo.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, ou seja, em nenhum momento será divulgado seu nome em qualquer fase do estudo. No entanto, devido às políticas de privacidade dessa plataforma, há limitações para a total confidencialidade dos dados e riscos de violação dos mesmos. Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras.

Você pode acessar a política de privacidade através do link <https://policies.google.com/privacy?hl=pt-BR>.

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisadora Principal: Heloisa Sousa
Rodrigues
Endereço: Rua Estados Unidos, 958
CEP: 13566-050 | São Carlos, SP
Email:
heloisa.rodriques@estudante.ufscar.br
Telefone: (32) 99817-3934

Pesquisador Responsável: Patrícia Waltz
Schelini
Endereço: Rua Bruno Ruggiero Filho, 101
CEP: 13088-221 | Campinas/SP
E-mail: pws@ufscar.br
Telefone: (16) 98190 5220

INSTRUÇÕES: Releia a situação apresentada anteriormente. Leia a resposta que você deu na ocasião e responda às questões em seguida.

SITUAÇÃO 1: João possui cabelos longos e recorrentemente escuta que cabelo grande é só para mulher.

SUA RESPOSTA: Cabelo grande não é somente para mulheres, cabelo grande é pra quem gosta de cabelo grande.

Você deseja alterar sua resposta? Caso sim, utilize o espaço abaixo.

Caso não deseje alterar sua resposta, justifique no espaço abaixo.

SITUAÇÃO 2: Betina estava dirigindo seu carro quando o carro morre. Ela identifica que o problema é na bateria, mas não possui os cabos necessários para fazer uma chupeta, o que a leva a pedir ajuda. Alguns homens param para ajudá-la, mas em vez de emprestar a ela o cabo, fazem diversos testes no carro e conversam entre si sobre qual seria o possível problema, mesmo Betina alegando conhecer o carro e já tendo explicado que o problema é a bateria.

SUA RESPOSTA: Ninguém conhece melhor o próprio carro do que o dono, eles deveriam ter escutado a moça e feito a chupeta ao invés de ficar procurando outros possíveis defeitos.

Você deseja alterar sua resposta? Caso sim, utilize o espaço abaixo.

Caso não deseje alterar sua resposta, justifique no espaço abaixo.

SITUAÇÃO 3: Maria é a única mulher ingressante em uma turma de música clássica. Certo dia, estava nervosa, pois iria fazer um teste de palco em uma disciplina. O professor percebe e, para dar tempo para que ela se acalme, comenta com a turma que estudarão o compositor da música escolhida no futuro e que Maria poderá, inclusive, estudar outras músicas do compositor. Frente a fala do professor e sem ainda ter ouvido Maria tocar, um colega comenta que assim ela terá mais tempo para estudar.

SUA RESPOSTA: é extremamente comum estar nervosa (o) para um teste e pra mim esse comentário pode ser lido de duas formas: uma que é uma forma empática com sua colega, já que ele percebeu o nervosismo, a outra pode ser o contrário como se ele quisesse dizer que ela PRECISA estudar mais do que os outros.

Você deseja alterar sua resposta? Caso sim, utilize o espaço abaixo.

Caso não deseje alterar sua resposta, justifique no espaço abaixo.